

**EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.939
- DF (2015/0050211-4)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : JOSÉ ALBINO DE MORAES - ESPÓLIO
EMBARGADO : MARINEZ PIOVESAN
ADVOGADO : MIGUEL NELSON SILVA FRANÇA - SC015183

DECISÃO

Trata-se de embargos opostos pela UNIÃO à execução em mandado de segurança no qual foi concedida a ordem para anular os atos de cassação das aposentadoria dos embargados (que ocupavam os cargos de Técnico do Seguro Social do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS) e, por conseguinte, determinar o restabelecimento do pagamento dos seus proventos.

Nesse contexto, os embargados promoveram a execução, ora embargada, das parcelas relacionadas ao período de 22/10/2008 a 30/11/2010.

A embargante alega, em preliminar, a **inépcia da inicial**, tendo em vista que a pretensão não veio aparelhada da forma adequada, nos moldes preconizados pelo art. 614 do CPC/1973, bem como a sua **ilegitimidade passiva *ad causam*** em relação à suposta obrigação de pagar (em seu entender, deteria legitimidade o INSS). Suscita, ainda, a **ilegitimidade ativa do espólio de JOSÉ ALBINO DE MORAES**, porquanto o *de cujus* faleceu no curso da impetração, e, subsidiariamente, **ilegitimidade ativa em razão de não constituição regular do espólio** (este não conta com inventariante).

No mérito, apontou a existência de excesso de execução. A esse respeito, aduziu que: (a) execução recai sobre coisa diversa daquela declarada no título, porquanto "a segurança fora concedida apenas e tão somente para reestabelecer os proventos dos impetrantes"; (b) "houve pagamento administrativo referente ao período de 09/11/2009 à 30/11/2010"; (c) "a conta deverá ser atualizada, a partir da vigência, em 30/06/2009 da Lei nº 11.960/2009, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança"; e (d) "a base de cálculo utilizada pelos autores não coincide com os valores apresentados pelo INSS".

Defendeu, ainda, a incidência da contribuição previdenciária e do imposto de renda sobre os valores devidos.

Pediu a procedência destes, com a condenação dos embargados ao pagamento de honorários advocatícios, e juntou documentos.

Em sua impugnação aos embargos, os embargados apresentaram impugnação por meio do qual aduziram: (a) não procede a alegação de inépcia da inicial, porquanto atendidos os termos do art. 614 do CPC/1973, bem como a IN STJ nº 3/2014; (b) a UNIÃO detém legitimidade para figurar no polo passivo, porquanto o *writ* foi impetrado em face de ato do Ministro de Estado da Previdência, devendo os efeitos financeiros ser arcados por aquela; (c) o espólio de JOSÉ ALBINO DE MORAES é parte legítima para o polo ativo da execução, porquanto o falecimento (em 21/10/2012) se deu após a formação do título executivo (novembro/2010); (d) não subsiste a alegação de irregularidade do espólio, pois "a execução do título pode ser feita por qualquer credor a que a lei o confere", nos termos do art. 567 do CPC/1973; (e) "os valores apurados supostamente a título de devido foram pagos aos embargados em maio/2011"; (f) inaplicável a TR como índice de correção monetária, mas o IPCA-E; e (g) no tocante aos juros, aplicável percentual de 0,5% ao mês (6% ao ano).

Pugnou pela improcedência dos embargos opostos pela UNIÃO.

Em réplica, a UNIÃO reiterou a integralidade dos termos dos embargos à execução opostos, requerendo fossem estes julgados procedentes.

Determinada a remessa dos autos à Coordenadoria de Execução Judicial, esta prestou as informações pertinentes.

Intimadas as partes para manifestação sobre informações da CEJU, os embargados pugnaram pelo prosseguimento da execução em relação aos valores incontroversos apurados pela CEJU, ficando o restante a depender do desfecho no julgamento do RE 870.947/SE pelo STF; a embargante externou discordância dos valores dos cálculos judiciais apresentados porque, em seu entender, "não foi descontado o adiantamento de 13º salário referente ao exercício de 2008, pago em junho/08, dos exequentes JOSÉ ALBINO DE MORAES e MARINEZ PIOVESAN".

É o relatório. Decido.

DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

Não cabível a tese de inépcia da petição inicial, haja vista ser possível à parte diligenciar e providenciar a documentação exigida para instruir a execução.

Ademais, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, "a existência de mera irregularidade formal, que não compromete o pleno exercício do contraditório, ocorrido na instrução dos documentos que acompanham a inicial do exequente, ao promover a execução de título judicial,

não impede que seja determinada a regularização do pedido, ainda que após a apresentação dos embargos à execução" (AgInt nos EDcl nos EmbExeMS 7.993/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 18/09/2018).

DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA UNIÃO

A UNIÃO sustentou tese segundo a qual não é parte legítima para figurar no polo passivo da execução do acórdão proferido no julgamento do mandado de segurança impetrado em face de ato coator proferido pelo Ministro de Estado da Previdência. A seu ver, se os proventos restabelecidos dos embargados têm por órgão pagador o INSS, já que eram ocupantes de cargos nessa entidade, deve esta integrar o polo passivo da execução.

Tal alegação, contudo, não subsiste, porquanto a redação do art. 568, I, do CPC/1973 (aplicável à época da propositura do feito executivo), não deixa dúvida ao dispor que detém legitimidade passiva *ad causam* na execução "o devedor, reconhecido como tal no título executivo" (na hipótese, a autoridade federal, cujo ato acoimado de coator, terá suas consequências de ordem patrimonial suportadas pela UNIÃO, nos moldes do art. 2º da Lei nº 12.016/2009).

Considerando, pois, que esse reconhecimento deu-se por acórdão já transitado em julgado, forçoso reconhecer que a questão levantada pelo ente público embargante encontra-se acobertada pela coisa julgada. Outro não é o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO ADMINISTRATIVO DE MINISTRO DE ESTADO. UNIÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. SIMETRIA COM A AÇÃO MANDAMENTAL. TÍTULO EXECUTIVO. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO.

1. Não há como abrigar agravo regimental que não logra desconstituir os fundamentos da decisão atacada.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EmbExeMS 6.861/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe 09/09/2015) (grifou-se)

DA ILEGITIMIDADE ATIVA DO ESPÓLIO DE JOSÉ ALBINO DE MORAES EM RAZÃO DO FALECIMENTO OCORRIDO NO CURSO DO PROCESSO

A esse respeito, a embargante indica ser o espólio de JOSÉ ALBINO DE MORAES parte ilegítima para figurar no polo ativo da execução, porquanto o mencionado *de cujus* faleceu no curso do processo.

A despeito de ter ocorrido o óbito durante o trâmite do mandado de segurança, antes do trânsito em julgado na ação mandamental, mostra-se possível a habilitação dos seus herdeiros na fase de execução, como orienta a ementa do julgado a seguir transcrita, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FALECIMENTO DO AUTOR NO CURSO DA PROCESSO DE CONHECIMENTO. HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE.

(...) 2. No julgamento do AgRg na ExeMS 115/DF, da relatoria do Ministro Luiz Fux, a Primeira Seção assentou que a morte do autor da ação mandamental, em data anterior ao término do processo de conhecimento, conduz à habilitação dos seus herdeiros na fase de execução, e não à extinção do processo satisfativo.

3. No caso dos autos, não se trata de sucessão de partes no Mandado de Segurança, mas de mera habilitação dos herdeiros na fase de execução mandamental, como consignou o Tribunal de origem.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1812086/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 01/07/2019)

Desta forma, é de se afastar a preliminar em comento.

DA ILEGITIMIDADE ATIVA EM RAZÃO DE NÃO CONSTITUIÇÃO REGULAR DO ESPÓLIO

No entender do ente público embargante, à falta de regular nomeação de inventariante, não teria havido a constituição regular do espólio e, em consequência, este não deteria legitimidade para executar o julgado proferido no *writ*.

Sem razão, contudo. Corroborando o que foi dito no tópico anterior, a habilitação possibilita a continuidade da relação processual, dado o falecimento da parte, permitindo que o processo tramite regularmente, assumindo a titularidade os herdeiros do *de cujus*. É o que extrai da interpretação do art. 687 do CPC.

Impõe-se, portanto, assegurar aos herdeiros, discriminados nos documentos que instruem a execução, o direito de suceder o servidor falecido, a fim de que possam intervir no processo. Somente para fins de levantamento

de valores é que se exige a definição da cota-parte de cada herdeiro, consoante procedimentos próprios regulados pelo Direito das Sucessões.

DO EXCESSO DE EXECUÇÃO

No caso dos autos, a embargante defende a tese de existência de excesso de execução.

Quanto aos descontos pretendidos pela parte executada, ressalte-se que constituem providência necessariamente adotada pela CEJU na elaboração de seus cálculos, que faz incidir Imposto de Renda, inclusive sobre os juros de mora, e PSS sobre o principal.

Passo, a seguir, ao exame de cada um dos pontos abordados na impugnação à execução oposta pelo ente público executado.

DOS LIMITES DA CONCESSÃO DA SEGURANÇA

A UNIÃO sustenta que a execução recai sobre coisa diversa daquela declarada no título judicial proferido no julgamento do *writ*, porquanto "a segurança fora concedida apenas e tão somente para reestabelecer os proventos dos impetrantes".

Tal argumentação não prospera.

Ao contrário do que ela defende, o acórdão proferido no julgamento do *writ* detém, sim, comando que obriga o ente público a pagar os proventos que deixaram de ser pagos aos embargados, precisamente *no período em que suas aposentadorias encontravam-se cassadas*. Trata-se a toda evidência de **obrigação de pagar**, que permite a execução respectiva, coexistindo, no título executivo judicial, com a **obrigação de fazer**, consistente no restabelecimento do pagamento dos seus proventos (no período subsequente ao termo final do período de cálculos).

DOS PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS

A embargante argumenta que houve pagamento administrativo referente ao período de 09/11/2009 à 30/11/2010, aduzindo ter juntado aos autos documentação comprobatória.

Nesse aspecto, a CEJU observou o seguinte:

"Foi observado erro material na conta dos exequentes. O **valor relativo ao pagamento administrativo realizado em maio/2011** a Marinez foi

utilizado na conta de José Albino e o deste servidor na conta da primeira." (fl. 73, grifou-se)

"No caso, **como o pagamento administrativo foi realizado sem qualquer atualização ou incidência de juros, cerca de dois anos depois das parcelas devidas, o período de cálculo deve ser estendido até novembro/2010**, englobando todo o período que os exequentes ficaram sem receber, **com incidência de correção monetária e juros moratórios entre a data de cada parcela e a data da conta (novembro/2014)**. Ademais, os pagamentos administrativos devem ser atualizados (correção monetária e juros) da data de sua realização até a data da conta e, nesse momento, abatidos da quantia devida." (fl. 74)

Desta forma, como apontou com acerto a CEJU, a atualização dos pagamentos administrativos, com correção monetária e juros, deve se dar da data de sua realização até a data da conta e, nesse momento, abatidos da quantia devida.

DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA

Há divergência no tocante ao índice de correção monetária aplicado, defendendo a UNIÃO que os valores devem ser atualizados pelo IPCA-E até julho/2009 e pelos índices oficiais de caderneta de poupança a partir de agosto/2009.

No julgamento do RE 870.947/SE, o Supremo Tribunal Federal assentou que deve ser aplicado o IPCA-E igualmente para todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, nos seguintes termos:

"A fim de evitar qualquer lacuna sobre o tema e com o propósito de guardar coerência e uniformidade com o que decidido pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar a questão de ordem nas ADIs nº 4.357 e 4.425, entendo que devam ser idênticos os critérios para a correção monetária de precatórios e de condenações judiciais da Fazenda Pública. Naquela oportunidade, a Corte assentou que, após 25.03.2015, todos os créditos inscritos em precatórios **deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**. Nesse exato sentido, voto pela aplicação do aludido índice a todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, qualquer que seja o ente federativo de que se cuide."

Posteriormente, em decisão monocrática em sede de embargos de declaração, ocorreu a suspensão dos efeitos desta decisão até análise do mérito dos embargos. E, levados a julgamento, o STF reafirmou decisão anterior que

definiu o IPCA-E como índice de correção monetária aplicável às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, e não mais a TR. Por maioria, a Corte Suprema decidiu por não modular a decisão do plenário.

Entretanto, por cautela, determino que sejam feitos dois cálculos, um utilizando a taxa referencial como correção monetária, e outro o IPCA-E, sendo que a expedição dos requisitórios se dará pelo primeiro cálculo. Além disso, um precatório complementar deverá ser expedido quando transitar em julgado o RE 870.947/SE, observando eventuais modificações no julgamento.

Ainda, quanto ao **termo inicial**, assiste razão aos embargados, porquanto, segundo sinalizam precedentes desta Corte Superior, **a correção monetária deve incidir a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento de cada parcela.**

DO ÍNDICE E DO TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA

In casu, a incidência dos juros moratórios deve observar a orientação da Primeira Seção desta Corte Superior, firmada por ocasião do julgamento do REsp 1.492.221/PR, submetido à sistemática dos recursos repetitivos (Tema 905). Tal precedente trata acerca dos índices de juros de mora aplicáveis às condenações da Fazenda Pública decorrentes de relações jurídicas não tributárias e relativas a verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos (como na hipótese vertente).

A propósito, destacam-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. MP 2.180-35/01 E LEI 11.960/09. INCIDÊNCIA IMEDIATA. PRONUNCIAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.040, II, DO CPC. JULGAMENTO DO RESP 1.492.221/PR. FIXAÇÃO DOS MARCOS TEMPORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. INTEGRAÇÃO DO JULGADO.

1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do AI 842.063/RS, cristalizou sua jurisprudência no sentido de que o art. 1º-F da Lei 9.494/97 tem aplicabilidade imediata, com incidência sobre as ações propostas antes de sua entrada em vigor, por ser norma de natureza eminentemente processual, de modo que aplicável aos processos em andamento.

2. Na mesma linha, em julgados posteriores, assentou que o art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a alteração dada pela Lei 11.960/09, tem aplicabilidade imediata, independentemente do momento do

ajuizamento da ação.

3. Nos autos do RE n. 870.947, o STF declarou que, quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09.

4. A Primeira Seção deste STJ, na análise do REsp 1.492.221/PR, julgado sob o rito dos Recursos Repetitivos, estabeleceu que As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); (...) (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; (...) (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança.

5. Embargos de declaração acolhidos para integrar ao acórdão embargado a determinação de que os juros moratórios incidam nos seguintes moldes: a) 12% ao ano até o advento da Medida Provisória 2.180-35/01; b) no percentual de 0,5% ao mês no período compreendido entre a edição da MP 2.180-35/01 e a entrada em vigor da Lei 11.960/09; e c) com base na remuneração oficial da caderneta de poupança a partir da Lei 11.960/09.

(EDcl no RE nos EDcl no AgRg no Ag 1274586/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019) (grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUROS DE MORA. ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/1997. MP N. 2.180-35/2001 E LEI N. 11.960/2009. APLICAÇÃO IMEDIATA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 543-B, § 3º, DO CPC. DELIMITAÇÃO DOS MARCOS TEMPORAIS. REsp 1.495.144/RS, REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do Código de Processo Civil, não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição, omissão ou à existência de erro material no julgado.

2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar a nova redação dada ao art. 1º-F da Lei n. 9.494/97 pela Lei n. 11.960/2009, em setembro/2017, julgou o RE 870.947/SE, em sede de repercussão geral, assentando o tema 810: Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

3. A Primeira Seção desta Corte reexaminou a matéria em recursos especiais repetitivos que tratam tanto da incidência dos juros de mora

em condenações impostas à Fazenda Pública de natureza administrativa em geral (REsp 1.495.144/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, julgado em 22/02/2018, DJe 20/03/2018), quanto de natureza previdenciária (REsp 1.492.221/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, julgado em 22/02/2018, DJe 20/03/2018) e de natureza tributária (REsp 1.495.146/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, julgado em 22/02/2018, DJe 02/03/2018).

4. No caso em exame, cuida-se de embargos à execução interpostos pela União, em ação referente ao reajuste de 28,86%, nos vencimentos dos servidores, razão pela qual deve ser aplicável o entendimento firmado no REsp 1.495.144/RS.

5. Delimitação temporal: as condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança.

6. Embargos de declaração acolhidos.

(EDcl no AgRg no Ag 1129725/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 14/11/2018) (grifou-se)

Outrossim, tais juros devem ter como termo inicial a data de notificação da autoridade coatora, no caso, em novembro/2008, conforme ofícios de fls. 2.212 e 2.215-2.227 dos autos do mandado de segurança.

Desse modo, considerando que, com a notificação da autoridade coatora, o devedor é constituído em mora, este deve ser o termo inicial para incidência dos juros de mora.

Não é outra a orientação desta Corte Superior, conforme precedente abaixo colacionado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA NO MANDADO DE SEGURANÇA. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO PRODUZIDO NOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. A Corte estadual decidiu em dissonância do entendimento dominante no STJ, segundo o qual o "termo inicial para a incidência dos juros de mora deverá ser a data da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança coletivo", porque é neste momento que o devedor é constituído em mora.

(...) 5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido, e Agravo em Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1815500/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,

SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 11/10/2019)

DA BASE DE CÁLCULO

Por fim, a UNIÃO argumenta que a base de cálculo utilizada pelos embargados não coincide com os valores apresentados pelo INSS. Nesse particular observou a CEJU à fl. 72 que foi mínima a diferença na base de cálculo apresentada pelas partes:

"Ao compulsar os documentos apresentados nos autos, identificou-se que **a diferença na base de cálculo apresentada pelas partes foi mínima**. No cálculo de José Albino, a diferença nos valores apurados mês a mês deu-se apenas porque os exequentes não aplicaram a proporcionalidade de 34/35 da aposentadoria na rubrica VPI. Já no cálculo de Marinez Piovesan, a diferença ocorreu em relação às rubricas VPI (não utilizada pela exequente) e anuênio (a União utilizou o valor maior que o devido entre período de outubro/2008 a maio/2009).

Em face do exposto, **julgo parcialmente procedentes** os embargos à execução opostos pela UNIÃO, a fim de determinar que o cálculo dos valores devidos aos embargados seja liquidado da seguinte forma:

	Parâmetro
Base de Cálculo do Principal	Valores devidos obtidos na documentação do INSS, apresentada pela União às fls. 18-21, observado o percentual que recebia de Anuênio, e os valores das rubricas constantes na "Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais", disponível em www.servidor.gov.br .
Período de Incidência	De 22/10/2008 (remuneração proporcional a 10/31 dias) e término em novembro/2010.
Descontos Incidentes	IR, inclusive sobre os juros, e PSS
Índice de Correção Monetária	IPCA-E
Termo Inicial da Correção Monetária	Cada vencimento
Termo Final da Correção Monetária	Efetivo pagamento do precatório
Índice de Juros a serem aplicados	- 0,5% a.m. até junho/2009, nos termos da MP nº 2.180/01 - Poupança a partir de julho/2009.
Termo Inicial dos Juros	Novembro/2008 (notificação da autoridade coatora)
Termo Final dos Juros	Expedição do Precatório

Considerando a disposição contida no art. 535, § 4º, do CPC, **defiro a expedição imediata da requisição de pagamento de valor incontroverso**, cujos valores deverão ser atualizados de acordo com os critérios elencados nos itens "DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA" e "DO ÍNDICE E DO TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA".

Em face da sucumbência recíproca, condeno a UNIÃO ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 8% (oito por cento) sobre o valor remanescente decorrente do cálculo, considerando que impugnou a execução por completo, e condeno a parte embargada ao pagamento de honorários fixados em 8% (oito por cento) sobre o valor do excesso expurgado.

Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Execução Judicial para manifestação sobre os cálculos elaborados pelas partes, devendo atentar-se aos critérios acima fixados.

Após, as partes deverão ser intimadas acerca das informações prestadas pela CEJU, independentemente de nova conclusão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção